



COMISSÃO DE REDAÇÃO



Redação Final do Projeto de Lei nº 561/11

Institui o Dia Estadual de Combate à Crueldade Contra Animais.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia Estadual de Combate à Crueldade Contra Animais, a ser comemorado no dia 10 de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de fevereiro de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 735/11

Denomina-se vice-prefeito José Tiberio, o trecho da rodovia interestadual do Distrito de Mairá, no Município de Lupionópolis.

Art. 1º Fica denominado vice-prefeito José Tiberio, o trecho da rodovia interestadual do Distrito de Mairá, no Município de Lupionópolis, na Porto Anis Abudi, divisa com o Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de fevereiro de 2012.

PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 784/11

Denomina Rodovia Prefeito Antonio Milton de Oliveira Lucena, trecho da PR-082.

Art. 1º Fica denominado de Rodovia Prefeito Antonio Milton de Oliveira Lucena o trecho da PR-082, compreendido entre os Municípios de Nova Olímpia e Rondon.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de fevereiro de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR

Khury



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

PROPOSIÇÃO VETO 41/11

OF/CTL/CC nº 5495/2011

D. L.

Fls. 0281

Curitiba, 08 de dezembro de 2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 DEZ. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 13/12/2011

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 183/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 238/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 238/11, de autoria do Deputado Caio Quintana, tem por escopo dispor sobre a concessão de nova placa ao proprietário de veículo automotor cuja placa tenha sido clonada, tendo como finalidade evitar problemas advindos da clonagem de placas.

Antes de tudo, faz-se necessário analisar os aspectos formais do presente projeto, a começar pela competência legislativa.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 22, XI, que a competência para legislar sobre trânsito constitui competência privativa da União:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XI - trânsito e transporte;

Assim, em decorrência do artigo suso citado, somente por Lei Federal, de competência legislativa da União Federal e de aplicação em todo o território brasileiro, podem ser fixadas normas gerais sobre trânsito e transporte.

Desta forma, clara e evidente que o presente projeto de lei vem de encontro com o que ensina a Constituição da República.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.º 11.270.926-6

RECEBUEMOS 11/12/2011 11:05:57 DE 05/05/2011 16:29:11



Porém, ainda que o Estado detivesse a prerrogativa de legislar concorrentemente, caberia ao Poder Executivo fazê-lo.

Ressalte-se que o DETRAN é vinculado à **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**, conforme leciona a Lei 5.860/1968, senão vejamos:

Súmula: Denomina Departamento de Trânsito - DETRAN, o atual Departamento do Serviço de Trânsito, da Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O atual Departamento do Serviço de Trânsito, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, passa a denominar-se Departamento de Trânsito - DETRAN.

Deste modo, cumpre salientar que a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL em seu artigo 66, estabelece como competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre as Secretarias de Estado:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 87, III, também da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, assim dispõe, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

(...)

No que tange a sua competência, disciplinada pelo CÓDIGO DE TRANSITO BRASILEIRO, em seu artigo 22, os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados são os entes competentes por vistoriar e emplacar os veículos automotores de sua circunscrição, senão vejamos:



Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;

(...)

III - visitar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente;

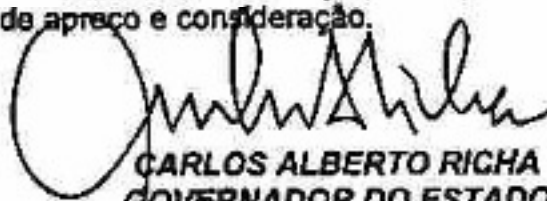
(...)

XVI - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN.
(grifo nosso).

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é inconstitucional, pois adentra em matéria legislativa de competência privativa da União e, ainda que fosse de competência concorrente, o presente projeto contém vício de iniciativa, visto que a responsabilidade pela fiscalização e emplacamento dos veículos automotores do Estado do Paraná é do DETRAN-PR, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 238/11
(Autoria do Deputado Caíto Quintana)

Dispõe sobre a concessão de nova placa, pelo DETRAN-PR, ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º O proprietário de veículo automotor, cuja placa tiver sido clonada, terá direito à substituição da mesma, após a comprovação efetiva da clonagem, mediante processo administrativo.

Parágrafo único. O novo emplacamento e a nova documentação do veículo a que se refere o *caput* serão providenciados pelo DETRAN-PR sem custo para o proprietário.

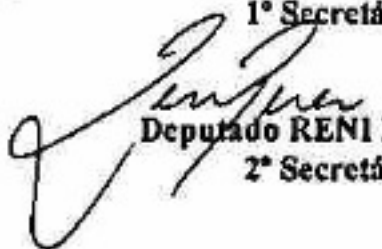
Art. 2º Concedida a nova placa, será imediatamente dado baixa no sistema da placa anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 16 de novembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO - OFÍCIO Nº 5495/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 238/2011, de autoria do Deputado Caio Quintana, que dispõe sobre a concessão de nova placa pelo Detran-PR ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 238/11, de autoria do Deputado Caio Quintana que, dispõe sobre a concessão de nova placa pelo Detran-PR ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo Inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 238/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 18 de novembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 041/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 08 de dezembro de 2011, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


D. L.
Fls. 110

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 07 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR